

A ECONOMIA E OS ECONOMISTAS

Razão tinha Keynes ao declarar que seria esplêndido se os economistas fossem profissionais humildes e competentes, assim como são os dentistas.

REFLEXÕES¹

FORMAÇÃO DO ECONOMISTA

Adverte GEORGESCU-ROEGEN que qualquer revolução necessita de novas mentes, diferentes daquelas que estimularam o ponto de inflexão anterior, porquanto, quer na ciência, quer nas artes, o progresso advém da novidade e não do crescimento absoluto daquilo que já existe. Conseqüentemente, o simples aumento do número de pessoas capazes, além de certo nível relativo, pode tornar-se até mesmo pernicioso, na medida em que produz uma avalanche de obras medíocres e irrelevantes, o que dificulta a comunicação, colocando, assim, um peso desnecessário nos ombros daqueles realmente habilitados a expandir o conhecimento.

“O perigo é que os cursos universitários de economia se tornem cada vez mais matemáticos e preocupados com a técnica em detrimento do próprio conteúdo... Quanto mais se deixar persistir a impressão de que a economia é uma ciência exata, ou de que, se ainda não é, está em vias de sê-lo com o auxílio dos modelos matemáticos e do computador, tanto maior será o dano quando ela não puder satisfazer a expectativas exageradas” (WORSWICK).

¹ Os pensamentos e citações aqui reunidos, fruto de leituras realizadas no decorrer dos últimos vinte anos, alimentaram minhas reflexões e percepções acerca das insuficiências da economia como disciplina social. Pelo fato de haver selecionado apenas as idéias que mais me chamaram a atenção, alguns autores aparecem mais vezes e determinados tópicos apresentam-se mais extensos do que outros.

Acredita PHELPS-BROWN que até mesmo o treinamento em economia avançada possa ser contraproducente, tendo em vista depoimentos de alunos seus de pós-graduação que, ao assumirem responsabilidades práticas, se viram forçados a desaprender alguma coisa. Cita, então, o caso de um professor assistente de economia, atuante no campo da ajuda internacional, que lhe escreveu dizendo: “Acho que aprendi muito nesses últimos anos, e percebi que boa parte de meu treinamento em economia foi enganoso. Afora as ferramentas básicas da profissão, cada vez mais lanço mão da história econômica antes que da teoria do desenvolvimento”.

FATOS E OBSERVAÇÕES

Na opinião de Lord BEVERIDGE, 150 anos após o *Wealth of Nations* ainda não foi encontrado, nem se deve esperar encontrar, o Newton da economia. Podemos nos dar por satisfeitos se conseguirmos percorrer a trajetória de Tycho Brahe, que foi ao mesmo tempo um teórico e um observador. Como teórico, acreditou até morrer, em 1601, que os planetas giravam em torno do sol e que o sol e as estrelas giravam ao redor da Terra, tida por ele como o centro do universo. Como observador, realizou, com infinita paciência e seriedade, milhares de registros das estrelas e dos planetas. Foi sobre esses dados que Kepler, no devido tempo, baseou suas leis. A julgar pelo exemplo estimulante de Tycho Brahe, pouco importa quão errado se esteja nas teorias, desde que se seja honesto e cuidadoso nas observações.

LEONTIEF lamenta que a preocupação freqüente com uma realidade imaginária e hipotética, em detrimento da realidade observável, tenha conduzido a uma gradual distorção da escala com que se avalia o desempenho científico dos membros da comunidade acadêmica. Destarte, nessa escala, a análise empírica é menos valorizada do que o raciocínio matemático formal. Mais triste ainda é que em muitos casos a análise estatística sofisticada é feita com base em dados cuja validade e significado exato, ou bem não são conhecidos pelo autor, ou são tão bem conhecidos que, no final do trabalho, ele próprio alerta o leitor para não levar a sério as conclusões do exercício.

“A teoria econômica deve ser sempre misturada a uma boa massa de fatos antes que se possam formular prescrições práticas. Os fatos,

porém, são comumente obscuros, discutíveis, vistos através de diferentes olhos segundo diferentes experiências de vida, estendendo-se, assim, muito além do limitado contexto econômico no qual o economista procura analisá-los” (CAIRNCROSS).

Como em economia não se pode recorrer a experimentações, o conhecimento da conduta dos agentes econômicos deve ser obtido por meio de observações diretas. Assim sendo, não convém que o economista, no papel de assessor, sirva-se das presunções utilizadas habitualmente pela análise econômica para inferir a reação das pessoas. Compete ao político decidir como o público deverá reagir em cada caso. Supõe-se, é claro, que os agentes são motivados e se comportam de certa maneira. No entanto, cabe aos outros verificar se isso é ou não verdade (PHELPS-BROWN).

BAUER e WALTERS estão certos quando dizem que a observação sem reflexão e análise não pode informar ou explicar mais em economia do que em qualquer outra disciplina. Entretanto, a complexidade, a instabilidade e a variação local de muitos fenômenos econômicos requerem, para a sua análise, que a investigação seja suplementada por muitas observações e que a investigação, freqüentes vezes, vá além da informação estatística, estendendo-se à observação direta e ao uso de fontes primárias.

O pensador francês Julien BENDA chama de realidade o fato bruto que se impõe à nossa sensação. Nesse sentido, afirma que a realidade é um estado de nossa consciência e não algo que exista fora dela. O papel do pensamento, ou mais precisamente da ciência, consiste em converter esse estado sensorial e incoerente em um estado intelectual e ordenado. Recusando-se a considerar a realidade independentemente da experiência que temos dela, um cientista, citado por Benda, sustenta que a física teórica tem por objeto calcular os resultados suscetíveis de serem confrontados, não com a realidade, mas com nossa experiência da realidade.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Na cultura ocidental o crescimento econômico tornou-se inseparável do crescimento tecnológico. Por isso, tanto as pessoas como as

instituições, deslumbradas pelos avanços tecnológicos, passaram a crer que para tudo existe uma solução técnica. Chega-se, assim, ao extremo de muitas vezes os efeitos colaterais da pretensa solução serem mais danosos do que o problema em si.

É preciso que se qualifique o conceito de crescimento e que se introduza a noção de escala na reestruturação da sociedade. Com isso, causar-se-á uma revisão profunda no arcabouço básico da economia. Muitos padrões econômicos, atualmente tidos como inevitáveis, deverão ser modificados. Toda a atividade econômica terá que ser estudada no contexto do ecossistema global e a maioria dos conceitos hoje em dia usados na teoria econômica precisará ser ampliada, modificada ou pura e simplesmente abandonada (CAPRA).

DESIGUALDADES SOCIAIS

Além de não eliminar a pobreza subjetiva, o crescimento aumenta a pobreza absoluta. Isso ocorre porque o crescimento necessita de progresso técnico, que, por sua vez, altera a composição da força de trabalho, gerando mais empregos para os trabalhadores qualificados e menos para os não-qualificados. Ao mesmo tempo, as oportunidades de adquirir qualificação (salvo o caso de pessoas excepcionalmente talentosas) são proporcionadas a famílias que já se beneficiam de oportunidades desse tipo. O crescimento se dá no topo da economia, ao passo que aumenta cada vez mais o número de famílias nas classes de baixa renda. Desse modo, a riqueza e a miséria absolutos aumentam *pari passu* (ROBINSON).

HUME acreditava que uma grande desproporção de riqueza entre os cidadãos enfraquece os Estados e chamou a atenção para a grande vantagem da Inglaterra sobre países como a França: a sociedade inglesa, graças à existência de camadas intermediárias, conseguiu encurtar a distância entre ricos e pobres, tornando, assim, relativamente fácil a ascensão na escala social (LIPSON).

CONTABILIDADE SOCIAL

Um sistema de contabilidade social é perfeitamente consistente porque se baseia em conceitos correlativos. Entretanto, isso não

significa que os números nele apresentados referentes à renda, produto, investimento, poupança, e outras variáveis, estejam isentos de erros, uma vez que os dados primários raramente são coletados com o objetivo de estimar os agregados nacionais. Daí, as freqüentes revisões dessas estimativas. A título de curiosidade, mas seguindo fielmente a teoria da contabilidade social, é interessante verificar que, se em uma comunidade econômica os homens solteiros e os viúvos decidirem casar-se com suas empregadas domésticas, haverá uma queda na renda da comunidade, uma vez que as donas de casa não recebem salário.

O produto interno bruto engloba coisas boas, coisas más e coisas indiferentes. Assim, se uma nova fábrica de celulose despejar refulgos químicos em um riacho que até então era limpo, o PIB claramente aumentará, em consequência tanto do aumento na produção de celulose, quanto dos investimentos que empresas e municipalidades a jusante ver-se-ão obrigadas a fazer a fim de tornar a água novamente pura (LEKACHMAN).

MEIO AMBIENTE

Os economistas parecem não ter percebido que, sendo subproduto do processo econômico, os resíduos são um resultado inevitável desse processo e, portanto, *ceteris paribus*, crescem em proporção maior do que a intensidade da atividade econômica. Daí, pois, não haver ainda grande poluição no Tibete ou no Afeganistão. Se houvesse reconhecido a natureza entrópica do processo econômico, a economia teria podido talvez alertar para o fato de que maiores e melhores máquinas de lavar, automóveis e superaviões a jato devem acarretar maior poluição.

Enfatiza GEORGESCU-ROEGEN que, sem dúvida alguma, o uso de recursos naturais para a satisfação de necessidades não vitais tem como resultado uma menor quantidade de vida no futuro. Por isso, diz ele, o melhor uso de nossos recursos ferríferos não é para produzir arados ou grades, nem Rolls Royces, nem mesmo tratores agrícolas. Porém, não há garantia de que os homens se tornarão menos propensos a superfluidades e talvez só situações mais prementes consigam forçá-los a mudar de comportamento, sendo possível até imaginar-se que a humanidade volte a utilizar animais de carga posto que estes empregam energia solar em vez de recursos não renováveis.

POLÍTICA ECONÔMICA

CAIRNCROSS assinala que o economista precisa reconhecer que a política pública não opera no vácuo, mas sim por intermédio de uma máquina com cujas características organizacionais é necessário familiarizar-se. Em vez de uma simples atividade a ser otimizada, suscetível de ser reduzida a uma derivada segunda em uma equação, o governo, na realidade, consiste geralmente de um grupo de indivíduos calvos, um tanto quanto aturdidos, sentados ao redor de uma mesa, pressionados pela falta de tempo, cheios de dúvidas e de dogmatismo, tal como costumam ser os políticos bem-sucedidos. Esses homens poderão sobreviver por muito tempo sem política alguma, na base de reações pontuais a questões prementes e assuntos específicos.

“O fato de que soluções normais e práticas careçam de atrativo intelectual para os economistas não altera a circunstância de que os estadistas responsáveis pela condução da economia do país disponham de outras alternativas e as adotem “ (GUDIN).

Nada é mais danoso, do ponto de vista econômico e político, do que anunciar uma ação e não executá-la. Muitas vezes as decisões tomadas no mais alto escalão do governo não são implementadas porque afetam os interesses dos escalões inferiores. Ademais, comitês, forças-tarefa e comissões criadas a fim de coordenar programas tornam-se, freqüentemente, obstáculos adicionais, dificultando a adoção de decisões viáveis (HERZOG).

“Quanto mais simples e absoluta for uma doutrina econômica, tanto maior será a confusão suscitada pela sua aplicação prática, caso as linhas divisórias às quais se refere não puderem ser encontradas na vida real. Não há na vida real uma linha clara de divisão entre bens que são e que não são Capital, ou entre coisas que são e que não são Absolutamente Necessárias ou, ainda, entre o que é e o que não é Trabalho Produtivo” (MARSHALL).

Estudando o mercantilismo na Inglaterra, sublinha LIPSON o contraste marcante entre o empenho demonstrado pela autoridade central e a atitude morna dos governos locais. O funcionamento bem-sucedido de um sistema legal depende da cooperação voluntária do

povo; e a monarquia, não obstante sua aparência de força, não tinha poder para executar uma política econômica inaceitável para a classe média.

Lembra, ainda, LIPSON que, mesmo hoje em dia, os governos às vezes são forçados a seguir uma política desdenhada pelos teóricos, pois é fácil criticar a ação oficial sem levar em conta os efeitos psicológicos que ela exerce sobre o sentimento popular e o moral da população. Tal atitude provém do fato de que é difícil julgar, de modo equitativo, apenas à luz de posições doutrinárias, a política de períodos passados, ignorando-se os obstáculos enfrentados pelos governantes na época, isto é, o quadro histórico da sociedade, os movimentos de opinião pública e a pressão dos acontecimentos.

Para Lester THURLOW (1980), o sistema político econômico dos Estados Unidos não tem capacidade para lidar com uma economia com forte componente de soma zero, isto é, uma situação em que as perdas são iguais aos ganhos. Assim, quando há ganhos econômicos a serem repartidos, o processo político pode fazê-lo. Porém, quando as perdas são grandes, o processo político paralisa-se, o que, por sua vez, leva à paralisia econômica.

QUANTIFICAÇÕES

De acordo com Cecil MILL, no tratamento de dados numéricos as equações matemáticas e os coeficientes obtidos por métodos estatísticos transmitem uma idéia de acuidade que raramente existe. É, pois, imprescindível, entender claramente as limitações lógicas desse método, a fim de que sejam tomadas as precauções necessárias no uso dos resultados estatísticos como base de argumentos indutivos. Isso ocorre porque são vários os perigos a que se expõe o pesquisador que usa a indução estatística, como, por exemplo, o de negligenciar as hipóteses pouco sólidas e dar ênfase excessiva à coleta de dados. A propósito, escreve ele: “*Facts must be illuminated by the play of speculative reasoning, by the ‘light of the idea’, before they can have significance, before valid generalizations can be secured*”.

O mesmo MILL compara os economistas que buscam leis gerais aos filósofos que andam à procura do absoluto. Muitas vezes, na busca de uma generalização de validade universal, problemas práticos e

imediatos são postos de lado. Ora, mais vale o conhecimento imediato que ajuda a remediar desajustamentos específicos do que leis gerais com tantas exceções que não se ajustam a coisa alguma.

CAUSALIDADE

Causa e efeito não ocorrem instantaneamente na vida econômica, havendo sempre uma demora nos efeitos. Daí, poder-se dizer que o último refúgio de um economista pouco honesto é o *time lag*. Um economista audacioso pode provar praticamente qualquer coisa manipulando os *time lags* (KUTNER).

Os vários elementos de um problema econômico não determinam uns aos outros seguindo uma cadeia de causalidade, na qual A determinaria B, B determinaria C, e assim por diante. Na verdade eles se determinam reciprocamente. Como a ação da natureza é complexa, nada se ganha, no longo prazo, assumindo-se que seja simples e tentando descrevê-la por uma seqüência de proposições elementares (MARSHALL).

TEMPORALIDADE

Os economistas não podem descobrir constantes empíricas firmes, tais como a velocidade da luz em física, porque não estão estudando as regras imutáveis da natureza, mas as generalizações mutáveis que governam o comportamento humano (THUROW, 1984).

Como bem salienta CAIRNCROSS, a economia nunca opera da mesma maneira durante muito tempo. KEYNES, por sua vez, afirmava que “o comportamento humano não é homogêneo ao longo do tempo”. Por isso, explicar-se como a economia operou no passado colocando-se as conclusões em equações com todos os coeficientes e *time lags*, significa trabalhar com relações obsoletas, sem sequer dar-se conta do quanto são obsoletas.

A evolução econômica processa-se de forma gradual e, apesar de ser às vezes detida ou revertida por catástrofes políticas, seus avanços, segundo MARSHALL, nunca são repentinos, eis que, tanto no Ocidente como no Oriente, sucedem com base em hábitos, em parte conscientes, em parte inconscientes. Até mesmo quando algum inovador de gênio

parece ter modificado a estrutura econômica de um só golpe, no fundo, o que se deu foi pouco mais do que pôr em ação um amplo movimento construtivo que há muito já estava em curso.

“Na interpretação do passado não devemos isolar as diferentes fases do crescimento econômico em compartimentos estanques. Não existe hiato no desenvolvimento econômico, mas sempre uma maré constante de progresso e mudança em que o velho se mescla imperceptivelmente com o novo”(LIPSON).

HISTÓRIA

“...a economia moderna tem obsessão pelas demonstrações lógicas ou matemáticas e por estudos empíricos que usam o computador, mas sem grande sucesso; muitas vezes, ela ignora, com desprezo, a riqueza da experiência histórica e a evidência qualitativa à sua disposição” (KATOUZIAN).

“Cada problema prático em economia apresenta-se como uma situação histórica, e nossa capacidade para entendê-lo significa nossa capacidade para entender a história”(PHELPS BROWN).

O papel do julgamento, comparado ao da dedução ou ao da estimação, não perde importância apesar dos refinamentos da modelagem e da melhoria das estatísticas. Ao contrário, sua importância poderá até mesmo crescer muito, de vez que educar para o julgamento ou cultivá-lo pode ser mais difícil do que treinar os alunos a fazerem exercícios matemáticos. “Mas, para o economista que faz previsões, o estudo minucioso da história e de episódios históricos poderá exercer um papel relativamente mais importante do que o treinamento em agilidade dedutiva ou matemática. A história é capaz de proporcionar uma percepção ampla do que pode ser e do que não pode ser esperado (como, por exemplo, em política), coisa em que são de pouca valia os intermináveis refinamentos das propriedades dos máximos e dos mínimos ou as peculiaridades e curiosidades sugeridas pela análise puramente lógica ou taxonômica” (HUTCHINSON).

JULGAMENTOS DE VALOR

Lembra BAER que o pesquisador, na maioria das vezes, não tem idéia ou sequer se dá conta de que a própria escolha de seu tópico de

pesquisa implica um viés ideológico. Assim, quem realiza um estudo de orçamentos familiares para projetar a demanda de determinado produto está fazendo um julgamento de valor implícito sobre a distribuição de renda vigente assim como sobre o nível de educação das várias classes de renda (o qual, como se sabe, afeta o padrão de comportamento das famílias). Em outras palavras, vale dizer que essa pessoa está aceitando semelhante forma de distribuição.

Para Lester THURLOW, hoje em dia, na disciplina econômica, a teoria tornou-se uma ideologia em vez de um conjunto de hipóteses de trabalho usadas para entender o comportamento da economia encontrado no mundo real.

Recorda bem LEKACHMAN que ninguém pode atuar sem fazer julgamentos, derivados de conjuntos de valorizações. Os economistas, entretanto, apegam-se à eficiência e à liberdade de escolha, concluindo que as duas são inseparáveis. “Suas preferências condicionam o planejamento de seus levantamentos estatísticos e a análise dos problemas públicos, mesmo quando os números são os mais científicos e seus manipuladores se mostram dignamente imparciais”.

KATOUZIAN responsabiliza a preocupação com quebra-cabeças abstratos em vez de problemas reais, a visão paroquial associada ao formalismo técnico, o apego sem crítica aos métodos e teorias existentes e o desestímulo a abordagens alternativas, pelo estado atual da ciência econômica, que se caracteriza pela *“ever-increasing complexity of its formal edifices, and the never-ending poverty of its substantial achievements”*.

METODOLOGIA

Reconhece MYRDAL (1968) que a construção de modelos faz parte do instrumental da pesquisa científica, mas adverte: “construir tais modelos no ar, usando conceitos criados sem crítica, inadequados à realidade e comumente sem consistência lógica e, desse modo, aparentar um conhecimento ainda não consolidado, não representa progresso científico; antes, aproxima-se da fraude intelectual”.

Para o mesmo MYRDAL (1969), os economistas não podem ignorar a dúvida bastante difundida acerca do “caráter científico” da economia,

uma vez que esta usa premissas que deixam a desejar. Pode até ser que, para o homem da rua, nada disso importe, pois ele próprio raciocina com o mesmo tipo de premissas. No entanto, esse homem é capaz de notar, quer tenha ou não conhecimento dos modernos métodos científicos, a flagrante falta de acordo entre os vários autores a respeito dos aspectos econômicos de problemas práticos e políticos.

Nas palavras de GEORGESCU-ROEGEN, “quanto mais complicado for o modelo e quanto maior for o número de variáveis usadas, tanto mais ele se afastará de nosso controle mental, o único possível em ciência social”. Não existindo laboratórios para controlar experimentalmente os fenômenos sociais, o emprego de um modelo simplista pode muito bem tornar-se a melhor maneira de representar o processo econômico, contanto que o economista seja suficientemente hábil para selecionar uns poucos elementos importantes entre a multidão de fatos desordenados.

Na visão de BAUER e WALTERS, a preocupação com a técnica, em prejuízo do conteúdo, e a ênfase nos métodos matemáticos, em detrimento da observação e da reflexão, vêm afastando a economia da realidade. Assim sendo, a escolha das variáveis tem sido mais influenciada pela sua suscetibilidade à análise formal do que pelo seu significado operacional.

A dedução tem alijado o empirismo da economia. Por isso, as pessoas dotadas de curiosidade empírica e percepção do funcionamento das instituições e organizações econômicas vêm sendo marginalizadas. Em seu lugar, afirma KUTNER, “*departments of economics are graduating a generation of ‘idiots savants’, brilliant at esoteric mathematics, yet innocent of actual economic life*”.

Para GALBRAITH, a dedicação prolongada aos exercícios matemáticos em economia é contraproducente, pois conduz à atrofia do julgamento e da intuição assim como ao hábito intelectual de não levar em conta os fatores considerados matematicamente inconvenientes.

Achava MARSHALL que, em economia, a matemática pura servia principalmente para ajudar alguém a anotar seus pensamentos rapidamente, de maneira concisa e exata, para uso pessoal. Dessa

maneira, a pessoa podia certificar-se de que havia um número suficiente de premissas para suas conclusões, isto é, de que o número de equações era igual ao número de incógnitas. Lidar com um número excessivo de símbolos torna-se muito trabalhoso para qualquer pessoa, à exceção do próprio autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAER, Werner. *The Uses and Abuses of Economic Theory*. Palestra realizada na FIPE/USP em 16 de dezembro de 1967, mimeo.
- BAUER, P.T. e WALTERS, A.A. The State of Economics. *The Journal of Law and Economics*. April 1975.
- BENDA, Julien. *Du Style d'Idées*. Gallimard, 1948.
- BEVERIDGE, William. Extracts from Lord William Beveridge. *Politica*, September 1937.
- CAIRNCROSS, Sir Alec. Economics in Theory and Practice, *Papers and Proceedings of The American Economic Association*. May 1985.
- CAPRA, Fritjof. *The Turning Point*. Bantam Edition, 1988.
- CECIL MILLS, Frederick. On Measurement in Economics, reproduzido em Robert Lekachman, *The Variety of Economics*, v.2, Meridian Books, 1962.
- GALBRAITH, John K. A Contemporary Guide to Economics, Peace and Laughter *apud* T.W. Hutchinson, *Knowledge and Ignorance in Economics*. The University of Chicago Press, 1977, p.170.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*, Harvard University Press, 1971.
- GUDIN, Eugênio. Comments on Ragnar Nurkse's Paper, *in* H.S. Ellis e H.C. Wallich (ed.) *Economic Development for Latin America*, MacMillan, 1961.
- HERZOG, Jesus Silva. Some Problems in Implementing Economic Policy. *International Center for Economic Growth*, Occasional Paper Number 7, Panama, 1988.

- HUTCHINSON, T. W. *Knowledge and Ignorance in Economics*, The University of Chicago Press, 1971.
- KATOUIZIAN, Homa. *Ideology and Method in Economics*. New York University Press, 1980.
- KEYNES, Lord J. M. Economic Possibilities for our Grandchildren, *in Essays in Persuasion*, W.W.Norton, 1963.
- KUTTNER, Robert. The Poverty of Economics. *The Atlantic Monthly*, February 1985.
- LEKACHMAN, Robert. *Economists at Bay*. Mc Graw Hill, 1976.
- LEONTIEFF, Wassily. Theoretical Assumptions and Nonobserved Facts. Presidential Address, *Papers and Proceedings of The American Economic Association*, December 1970.
- LIPSON, E. *The Economic History of England*, v.2, Adams and Charles Black, 1943.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*, 9. ed. (*Variorum*), v.1, MacMillan, 1961.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama - An Inquiry into the Poverty of Nations*, v.1, Pantheon, 1968.
- MYRDAL, Gunnar. *The Political Element in the Development of Economic Theory*. Simon & Schuster, 1969.
- PHELPS BROWN, E. H. The Underdevelopment of Economics. *The Economic Journal*, March 1972.
- ROBINSON, Joan. The Second Crisis of Economic Theory. The Richard T. Ely Lecture. *Papers and Proceedings of The American Economic Association*, s.d.
- THUROW, Lester. *The Zero-Sum Society*. Basic Books, 1980.
- THUROW, Lester. *Dangerous Currents: The State of Economics*. Vintage Books, 1984.
- WORSWICK, G. D. N. Is Progress in Economic Science Possible? Presidential Address to Section F of The British Economic Association. *The Economic Journal*, March 1972.

PERFIS

Ao longo de minha vida profissional, convivi com diversos tipos de economistas, entre os quais destaco a seguir aqueles que mais me chamaram a atenção.

Economistas que adquiriram grande erudição e, talvez por isso mesmo, tornaram-se perfeccionistas, ao ponto de escreverem muito pouco, pois não se consideram capazes de dizer coisas novas.

Economistas que conseguem, sem aparente esforço, traduzir seus conhecimentos técnicos em linguagem acessível aos leigos. São os que se distinguem tanto na academia como na consultoria.

Profissionais da economia aplicada que, apesar de bem dotados de intuição, têm dificuldade de aceitar as idéias de seus colegas que insistem em usar raciocínios dedutivos. Acontece que freqüentemente eles estão com a razão ...

Economistas dotados de boa cultura geral, independência intelectual e moral, autenticidade e despojamento. São extremamente raros.

Economistas malabaristas, que pensam ser possível evitar conflitos (*trade-offs*) tais como combater a inflação aumentando o ritmo de crescimento, ou acabar rapidamente com ela, por intermédio de medidas de contenção monetária e fiscal, sem causar recessão...

Profissionais bem treinados, com vocação para o engajamento político, e que prestam bons serviços na tomada de decisão. Como são raros!

Economistas com medíocre treinamento e abundante carga ideológica que, ao se engajarem politicamente, só conseguem perturbar a tomada de decisão.

Profissionais que se distinguem por darem atenção ao significado e à qualidade dos dados, não permitindo a si próprios devaneios estéreis. Contam-se nos dedos das mãos.

Economistas que sempre tentam enquadrar os fatos em teorias correntes ou criadas *ad hoc*, desprezando as explicações plausíveis por lhes parecerem pedestres.

Economistas ingênuos, sempre procurando tirar o máximo de proveito das estatísticas, mormente das contas nacionais, ignorando a pouca confiabilidade destes.

Economistas capazes, com ampla experiência nacional e internacional, mas que são céticos quanto às possibilidades de o Brasil encontrar soluções próprias para seus problemas.

Economistas que se distinguem por dominar as técnicas quantitativas e desprezar a realidade

Economistas de organismos internacionais que sofrem da síndrome de “saber melhor”.

Economistas competentes que almejam cargos públicos, mas que desconhecem o funcionamento das instituições econômicas.

Economistas com bons conhecimentos profissionais, mas com grande propensão à “advocacia”.

Economistas bem preparados e ansiosos para se tornarem ricos.

Economistas que procedem como se a economia fosse a física, propondo com toda a segurança esquemas mecanicistas.

REMINISCÊNCIAS

Ao lado de GEORGESCU-ROEGEN, na Universidade de Vanderbilt, assistia a uma palestra de HABERGER sobre novos métodos para medir o custo de oportunidade do capital, quando o primeiro interrompeu o segundo, dizendo: nego suas premissas. Tranqüilamente, o conferencista desceu do pódio e lhe sussurrou: “Nicholas, deixe-me terminar minha palestra!”.

Durante um almoço, para o qual fui convidado, GEORGESCU-ROEGEN, com sua costumeira franqueza, levantou dúvidas a respeito de um tipo de análise de correlação que Branko HORVAT contara estar empregando em um trabalho. Calmamente, HORVAT explicou-lhe tratar-se de um caso especial de correlação canônica. Tão logo percebeu isso, lembrou-se GEORGESCU-ROEGEN entusiasmadamente que método semelhante havia sido utilizado por ele próprio em sua tese doutoral, na Universidade de Paris, no início dos anos 30.

Contou-me GEORGESCU-ROEGEN que após inúmeras reuniões com o representante soviético, logo que terminou a Segunda Guerra, sendo ele assessor do ministro do comércio exterior da Romênia, foram acertadas as condições para as exportações de madeira para a URSS. Qual não foi sua surpresa, no dia de se assinar o acordo, ao descobrir que o representante soviético havia sido substituído e que o novo representante, friamente, convidou-os a iniciar as negociações, negando ter havido qualquer discussão anterior. No dia seguinte, ele e a esposa fugiram em uma barça turca!

Contou-me o professor GUDIN que, em Bretton-Woods, procurou Denis ROBERTSON, dizendo-lhe que desejava esclarecer algumas dúvidas. Retrucou Robertson: “também as tenho”.

No início de 1954, conheci Stefen ROBOCK, ex-economista-chefe da *Tennessee Authority Valley*, a TVA, que, na qualidade de consultor das Nações Unidas, encontrava-se assessorando o Escritório Técnico do Nordeste. O convívio diário com Robock, apelidado pelos alunos de “Mister Por Quê?”, devido ao fato de ele questionar tudo, desde as coisas mais corriqueiras do cotidiano nordestino até as nossas pedantes opiniões de economistas jovens, foi para mim extremamente instrutivo. Doutor por Harvard, aluno de SCHUMPETER, HABERLER e LEONTIEFF, Robock preocupava-se em descobrir razões mais simples para os fenômenos do subdesenvolvimento. Seu estilo socrático levou-me a dar mais importância à observação dos fatos econômicos, procurando entender o que estava por trás deles, antes de me lançar em teorizações prematuras, com ou sem base em estatísticas, cuja fidedignidade parecia-me cada vez mais duvidosa. Seguindo um conselho do Steve, nunca hesitei em dizer que não sabia a resposta a perguntas feitas em sala de aula, procedimento normal em universidades americanas onde tive a oportunidade de dar aula ou proferir palestra.

Joan ROBINSON fez estimulante palestra na Academia Brasileira de Ciências sobre o estado da ciência econômica. Vieram as perguntas e recordo-me que um jovem professor norte-americano insistiu em falar sobre função de produção. Retorquiu ela que se tratava de um conceito inútil e o presidente da mesa passou logo à pergunta seguinte.

O convívio diário com Celso FURTADO, durante o tempo em que participei do Grupo Misto BNDE-CEPAL por ele liderado, revelou-se

imensamente produtivo. Lendo meu *paper* sobre os orçamentos econômicos nacionais na Suécia, achou que merecia ser publicado e enviou-o ao Hélio SCHLITER SILVA, que fez com que saísse como artigo na *Revista da Ordem dos Economistas de São Paulo* em 1954. Preocupado em estimular a publicação de trabalhos de economistas jovens, Celso fundou, em 1955, a *Revista Econômica Brasileira*, que durou até 1964, editada pelo Clube dos Economistas, sociedade civil criada sob sua inspiração. No primeiro número saiu um artigo meu sobre índices de produção real. A revista publicaria ainda, sempre por intercessão de Celso, uma resenha que fiz da literatura sobre critérios de seleção de investimentos.

Recordo-me que Celso FURTADO foi quem me introduziu a Adam SMITH, insistindo para que comprasse a edição clássica da *Riqueza das Nações*, revista e editada por CANAAN. Foi uma leitura reveladora para quem estava metido até o pescoço no estudo do subdesenvolvimento. Com os devidos ajustes, é para mim um dos melhores manuais para quem deseja entender como se processa o desenvolvimento econômico. Interessei-me mais tarde por outros clássicos, como RICARDO e MALTHUS, cujos livros li mas com menos entusiasmo do que havia lido Adam SMITH. Bem mais tarde, li, também com muito gosto, os *Princípios de Economia* de Alfred MARSHALL, na edição crítica (*variorum*) preparada por GUILLEBAUD.

Nomeado ministro-extraordinário do Planejamento em 1962, Celso FURTADO convidou-nos, a mim e a Isaac KERSTENETSKY, para cooperar com ele na elaboração do Plano Trienal 1963/65. Com a severa deficiência estatística causada pelo fracasso do Censo de 1960 e com os dados para os setores reais bastante incompletos (chegavam no máximo a 1958), nenhum de nós dois se sentia animado a tornar-se planejador. Como havia a decisão política de elaborar o plano, não sendo factível qualquer tentativa de atualizar algumas estatísticas básicas, pedimos desculpas a Celso FURTADO por não podermos colaborar com ele.

Em um almoço no Banco Mundial, lembro-me de quando Bela BALASSA expressou a Harry JOHSON sua preferência em trabalhar com estagiários em vez de economistas, tendo este retrucado, sem interromper o entalhe que estava fazendo em um pequeno pedaço de madeira, coisa que fazia habitualmente mesmo em lugares públicos: “porque são subservientes”.

Em 1963, veio trabalhar no IBRE o professor americano Werner BAER. Lembro-me bem de que Isaac KERSTENETSKY cochichou-me: é mais um *gringo* que vem para cá escrever um livro e pedir-nos informações. De fato era um *gringo*, mas muito diferente da maioria deles. Nasceu na Alemanha em 1931 e, durante a guerra, emigrara com os seus para os Estados Unidos. Demonstrava inusitado interesse em aprender os hábitos brasileiros, tendo se tornado o decano dos brasilianistas norte-americanos, agraciado pelo governo com a Ordem do Cruzeiro do Sul em 1984. O seu primeiro livro sobre o nosso país, intitulado *Industrialization and Economic Development of Brazil*, constitui um clássico da literatura econômica a respeito da industrialização em nações em desenvolvimento. No decorrer dos anos, Werner BAER escreveu várias dezenas de artigos e mais alguns livros sobre a economia brasileira. Entretanto, o papel mais importante que ele tem desempenhado no Brasil refere-se à formação de nossos economistas, recomendando-os para bolsas de estudo no exterior. Em meados dos anos 60, quando era professor em Vanderbilt, criou naquela universidade americana um programa de pós-graduação para estudantes brasileiros financiado pela AID. Depois que se transferiu para a Universidade de Illinois, em 1979, continuou ali essa atividade meritória.

Ao terminar uma palestra sobre crescimento econômico, no Banco Mundial, Evsey DOMAR disse-nos em voz baixa: Senhores, ainda não sabemos o que causa o crescimento.

Alec NOVICKI, saudoso amigo e colega no Banco Mundial, que havia feito seu doutorado na Universidade de Varsóvia com Oskar LANGE e Mikhail KALECKI, contou-me que este último, em uma reunião do Bureau de Planejamento, deplorou que a teoria econômica não fosse capaz de ajudar a decidir se se devia construir uma fábrica de sapatos ou uma usina siderúrgica.

Durante os anos em que trabalhei no Conselho Nacional de Economia (1956/1958), conheci o padre Louis Joseph LEBRET, fundador do movimento “Economia e Humanismo”, de quem me tornei amigo e colaborador, assessorando-o no estudo sobre a área urbana de Belo Horizonte, realizado para a prefeitura daquela capital. Economista, sociólogo e demógrafo, era um cientista social realmente interdisciplinar. Antes de tornar-se sacerdote da Ordem dos Dominicanos, havia sido

oficial da marinha de guerra francesa . Estudava os problemas do subdesenvolvimento sob o ponto de vista humano, mas levando em conta os parâmetros utilizados pelos profissionais da área socioeconômica. Seus numerosos livros foram traduzidos em diversas línguas, destacando-se, entre eles, *Suicide ou Survie de l'Occident?* e *Économie et Civilisation*. Realizou importantes trabalhos para a Comissão da Bacia Paraná-Uruguai e para a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Em seus últimos anos de vida foi assessor direto do Papa Paulo VI, tendo colaborado intensamente na elaboração da Encíclica *Populorum Progressio*.

Durante a viagem que fiz a Moscou em 1973, como membro da comitiva do ministro João Paulo dos Reis Velloso, participei de reunião de trabalho no GOSPLAN, na qual o vice-presidente da instituição afirmou pomposamente que o planejamento russo havia alcançado alto nível de precisão, de tal modo que as diferenças entre o que se planejara e a realidade acusavam um erro de apenas dois por cento. Não consegui me conter e, antes que a intérprete começasse a traduzir, dei uma sonora gargalhada, causando embaraço a todos os presentes, especialmente ao ministro Velloso, que havia me pedido para não deixar transparecer que eu entendia o idioma russo, tendo me apresentado naquele encontro como um mero estudioso amador da economia soviética.

Durante reunião com o ministro da Economia da Iugoslávia, o chefe da missão do BIRD realizada àquele país em 1968, missão da qual fiz parte, solicitou àquele governo uma projeção do setor externo para os próximos dez anos. Por ordem do Presidente do Banco, MacNamara, essa solicitação passara a ser feita por todas as missões. O ministro disse-nos que ninguém no país sequer sabia o que iria acontecer no próximo ano, mas se o BIRD fazia questão desse prognóstico, o governo iugoslavo dispunha-se a ajudar-nos naquele exercício de bola de cristal e, uma vez pronto o relatório da missão, passaria a citar o BIRD como fonte.

Durante missão do Banco Mundial à Etiópia, ouvi, do ministro das Minas e Energia daquele país, um engenheiro graduado em Londres pelo *Imperial College of Technology*, essa surpreendente afirmação: “O problema da Etiópia é ter sido independente por mais de dois mil anos; quisera eu que tivéssemos sido uma colônia inglesa, como o Quênia, pois, desse modo, teríamos hoje um serviço público com quadros competentes”.

Na minha primeira viagem aos Estados Unidos, realizada em 1962, o embaixador brasileiro em Washington, professor Roberto Campos, com quem eu havia trabalhado no antigo BNDE, convidou-me para um jantar que estava oferecendo ao ministro Franco Montoro, de quem eu fora assessor informal no Partido Democrata Cristão. Na ocasião, encontrei meu colega Miguel Osório de Almeida, então ministro Conselheiro na embaixada de Washington, expondo para um grupo de ouvintes atentos, entre os quais o famoso Walter Lippmann, as várias versões a respeito dos motivos que teriam levado o presidente Jânio Quadros a renunciar.

No fim de 1959, juntamente com outros amigos, entre os quais me recordo de João Paulo de Almeida Magalhães e de Maurício Rangel Reis, colaborei com o pessoal da assessoria econômica da campanha de Jânio Quadros. Minha decepção com aquele homem público começou quando ele, retido em um encontro com personalidades do mundo do teatro, deixou de comparecer a um almoço de trabalho na casa de Virgílio Távora, durante o qual seriam discutidas as metas econômicas de seu programa de governo.

Como professor de econometria do curso de Engenharia Econômica, criado em 1957 na Escola Nacional de Engenharia, tive oportunidade de compreender a maneira de pensar dos engenheiros, com os quais trabalhei em estreito contato durante o resto de minha vida profissional.